

22 - MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - MAS

O Ministério da Assistência Social - MAS, criado em janeiro de 2003, pela Medida Provisória n.º 103, de 01 de janeiro de 2003, homologado pela Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, desenvolveu ações em praticamente todos os municípios da Federação. Atendeu, por intermédio de seus Programas, 5 milhões de pessoas, com recursos orçamentários de R\$ 5,5 bilhões, incluídos os recursos relativos às emendas parlamentares negociadas e aprovadas.

Por ser um órgão novo, muitos desafios tiveram que ser superados tais como: estabelecimento de uma estrutura organizacional, publicada somente em abril; desvinculação parcial do orçamento da administração direta do Ministério da Previdência Social - MPS, ocorrida em setembro, entre outros, os quais de algum modo ocasionaram um certo grau de interstício em seu processo de trabalho.

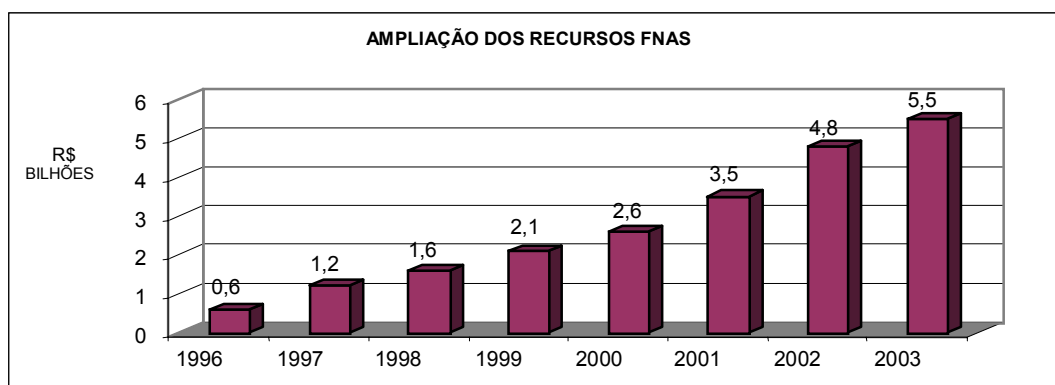
Contudo, conseguiu recuperar o atraso dos pagamentos, coordenou a construção do Programa Bolsa Família, resgatou o Cadastro Único, iniciou a implantação de uma nova política para a Assistência Social – com centralidade na família, antecipou a realização da IV Conferência Nacional da Assistência Social, convocando-a extraordinariamente. Mobilizou cerca de 30 mil pessoas (gestores públicos, usuários e trabalhadores da Assistência Social), em todos os estados da federação. Realizou ações na área internacional, em especial na construção do Mercosul Social e do Instituto Social Brasil-Argentina. Estrategicamente, mobilizou reitores das universidades, segmentos religiosos, empresários e redes de voluntariado para integrá-los às ações sociais do governo federal.

O Ministério, com todos esses esforços e iniciativas, lançou as bases para a construção do Sistema Único Descentralizado e Participativo da Assistência Social - SUAS, consultando as administrações municipais e estaduais e elaborando um documento-base deste modelo, com os principais pactos e definições deliberados na IV Conferência Nacional de Assistência Social, compromisso deste governo com a consolidação da democracia por meio do fortalecimento da participação popular.

Um dos esforços significativos para a implementação das políticas de assistência social foi a estruturação do Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF, ação prioritária de grande diferencial e, presume-se, de forte impacto para a superação das condições das famílias que se encontram em situação de intensa vulnerabilidade social.

Política de Assistência Social

O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, unidade orçamentária que repassa os recursos para a implementação das ações dos Programas finalísticos do Ministério, manteve em 2003 a tendência de expansão do orçamento destinado às políticas de assistência social, com um aumento da ordem de 15% em relação ao orçamento do ano anterior, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Dos Programas desenvolvidos pela Secretaria de Política de Assistência Social, destacam-se os enunciados na tabela abaixo, bem como os respectivos orçamentos, cujas descrições e principais informações estão apresentadas a seguir:

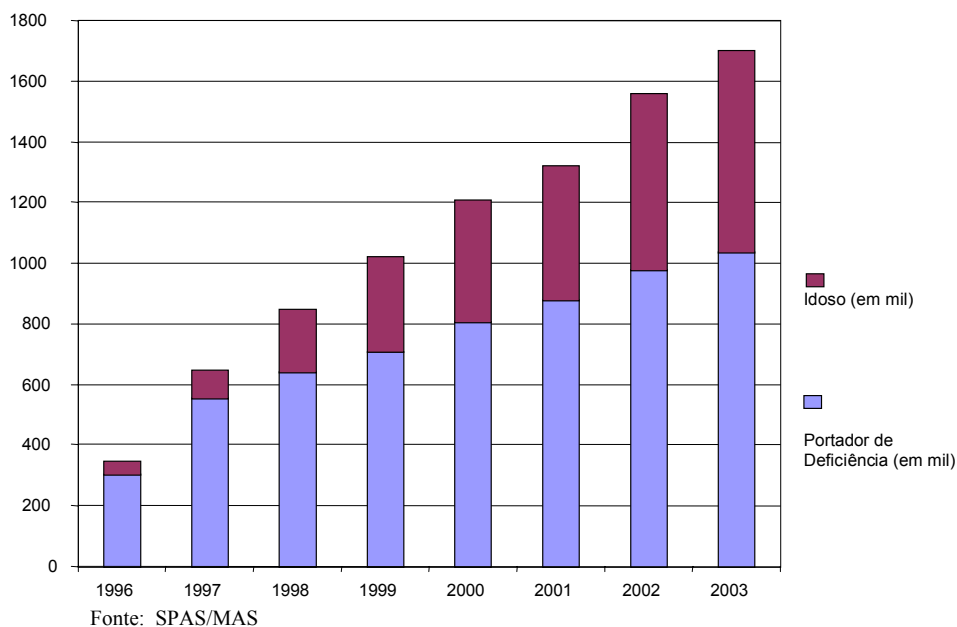
PROGRAMA	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (R\$ MILHÕES)
Direitos Humanos, Direito de Todos	18,6
Erradicação do Trabalho Infantil	487,6
Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	10,6
Brasil Jovem	71,6
Valorização e Saúde do Idoso	1.785,7
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	2.878,5
Atenção à Criança	253,1

Fonte: Relatório 2003/2004 - Secretaria de Políticas e Assistência Social/MAS e SIAFI

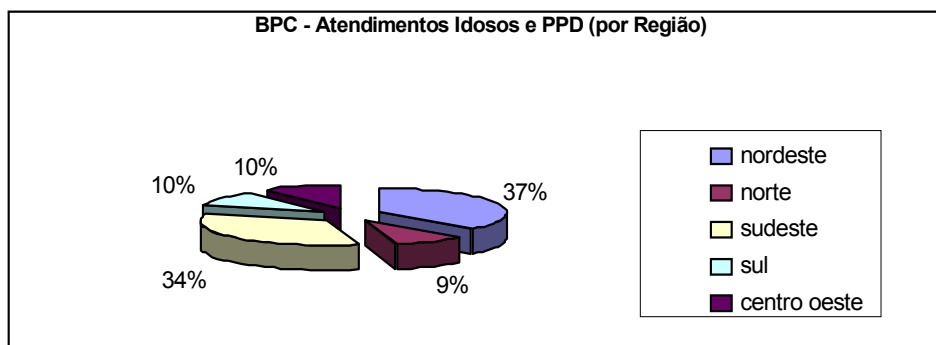
Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC

O Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC, contido nos Programas de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência e de Valorização e Saúde do Idoso, atendeu no exercício 1,7 milhão de pessoas, das quais 1,036 milhão portadoras de deficiência e 665 mil idosos com mais de 65 anos, a partir da garantia de um salário mínimo mensal, conforme representado em gráfico abaixo destacado.

Evolução do Número de Pessoas Amparadas pela Lei Orgânica da Assistência Social



A distribuição regional do BPC para idosos e pessoas portadoras de deficiência (PPD), está representado no gráfico a seguir:

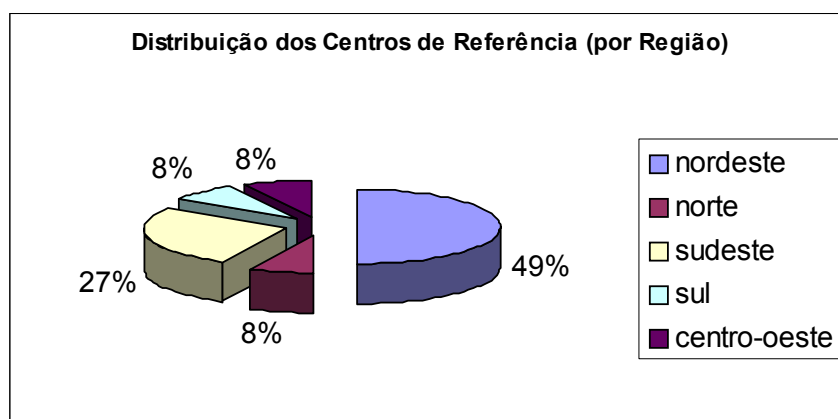


Fonte: Secretaria de Políticas de Assistência Social /MAS

Do orçamento total do Ministério, R\$ 4,5 bilhões foram empenhados para o BPC, ou seja, 78 % dos recursos orçamentários alocados para os Programas finalísticos do Ministério, o que ressalta a relevância do Programa para a efetividade das políticas de assistência social e consecução de suas metas.

Direitos Humanos, Direito de Todos

O Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF, que integra o Programa Direitos Humanos, Direito de Todos, instalou 496 Centros de Referência e atendeu 194 mil famílias com o comprometimento de recursos orçamentários da ordem de R\$ 18,6 milhões. O gráfico seguinte sinaliza a distribuição dos Centros de Referência pelas regiões do país:

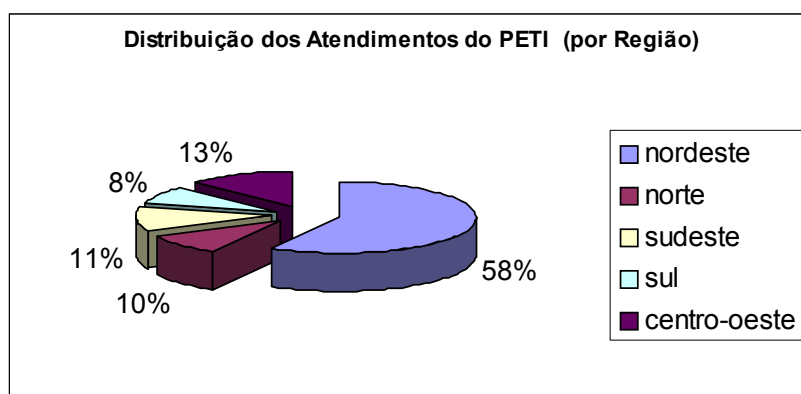


Fonte: Secretaria de Políticas de Assistência Social /MAS

Com a implementação do PAIF, agrega-se às ações financiadas pelo Ministério, como a Erradicação do Trabalho Infantil e o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, um componente fundamental: o atendimento às necessidades das famílias. Uma vez identificadas as causas das vulnerabilidades individuais dos seus membros, a intervenção se dá de modo mais abrangente com possibilidades concretas para sua superação, mediante promoção material e psicossocial.

Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI atendeu 810 mil crianças e adolescentes, em municípios das 27 unidades da federação, numa ação continuada que contou com um orçamento de R\$ 487,6 milhões, gastos com transferência de renda e atividades de jornada escolar ampliada. A distribuição regional dos atendimentos está representada a seguir:



Fonte: Secretaria de Políticas de Assistência Social /MAS

Em junho de 2003 foi constituída a Comissão Especial de Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico - CETID, composta por instituições diretamente envolvidas nesta causa, para analisar a situação e

apresentar uma proposta atualizada de intervenção, haja vista que, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT, emprega-se cerca de 500 mil meninos e meninas no Brasil.

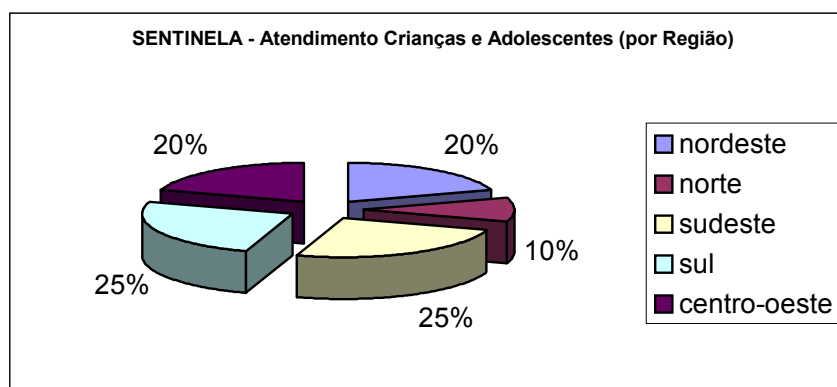
Em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e a OIT, o Ministério iniciou a análise situacional nacional do PETI e a tabulação de microdados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-PNAD e do Censo 2000, com o intuito de melhor conhecer a realidade sobre o trabalho infantil.

Foi constituído um Grupo de Trabalho (OIT, UNICEF, CONANDA, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, MEC, MTE, dentre outros), com o objetivo de apresentar subsídios técnicos para redesenho do PETI a partir dos resultados da análise e das tabulações dos dados.

No âmbito do Programa Presidente Amigo da Criança, o Ministério propôs ações voltadas para a promoção de vidas saudáveis e protegidas contra quaisquer formas de maus tratos, de exploração e de violência.

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Sentinela

Com orçamento de R\$ 10,6 milhões, o Programa Sentinela, presente em 315 municípios de 26 Unidades da Federação, atendeu 17 mil crianças e adolescentes/mês, regionalmente distribuídos conforme gráfico a seguir:



Fonte: Secretaria de Políticas de Assistência Social /MAS

No âmbito do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi iniciado um processo de avaliação do impacto e dos resultados das ações de atendimento especializados, com o objetivo de redefinir as estratégias a serem adotadas no âmbito da Assistência Social. Foram realizadas, também, diversas reuniões de avaliação nos âmbitos estaduais e regionais preparatórias para o Colóquio Nacional.

A participação do Ministério como membro da Coordenação Executiva da Comissão Intersetorial, que congrega todos os Ministérios e Agências Internacionais, tem contribuído na definição das ações prioritárias para o enfrentamento das situações de violência sexual;

No exercício foram redefinidos critérios para seleção e elegibilidade de Municípios para implantação de Centros de Serviços de Referência especializados (regiões com maior índice de violência sexual contra crianças e adolescentes, pólos turísticos e rodoviários, dentre outros).

Valorização e Saúde do Idoso

Em adição aos pagamentos de benefícios para os idosos que totalizaram 1.731,4 milhões, foram atendidos 308 mil idosos com um orçamento de R\$ 33 milhões, com destaque para a mobilização dos atores da sociedade civil e do Poder Legislativo e para a promulgação do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, entendendo a importância da regulamentação das diretrizes apontadas na Política Nacional do Idoso, na garantia da proteção social e dos direitos de cidadania dos idosos.

Para tanto foi constituído um Grupo composto por representantes de dezoito Ministérios visando construir o Plano Integrado de Ação Governamental de Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, que tem como objetivo principal promover ações setoriais integradas, de forma a viabilizar a implementação da Política Nacional do Idoso em âmbito nacional, enfatizando a maior racionalização de recursos, ampliando o alcance social, evitando superposição de Programas e promovendo a qualificação do atendimento à população idosa.

Ainda na implantação da Política Nacional do Idoso, foi priorizada a capacitação dos gestores estaduais e representantes dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Idoso, com a realização de dois módulos específicos, com o objetivo de promover a conscientização quanto ao exercício do controle social e supervisão, com vistas à melhoria do atendimento do idoso.

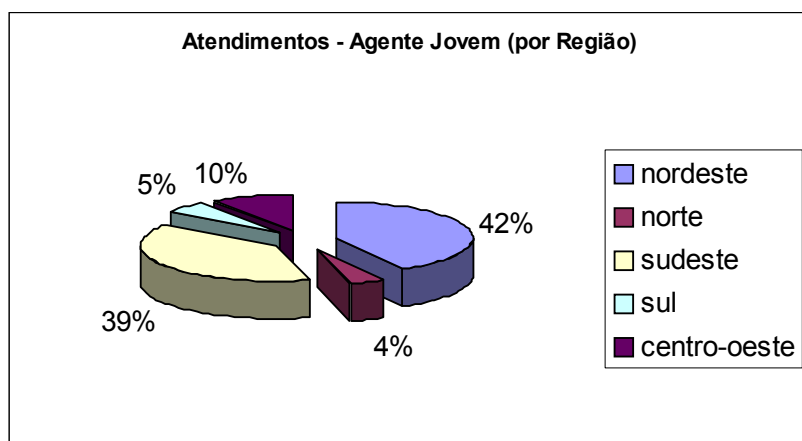
Em parceria firmada com o Ministério da Saúde - MS, foi criado um Grupo de Trabalho com objetivo de regulamentar o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos objetivando a preparar os profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS e da rede conveniada do Ministério, com vistas à melhoria da qualidade de prestação de serviços à pessoa idosa.

O Ministério foi ainda signatário do Plano Intergovernamental sobre Envelhecimento, que estabeleceu recomendações aos Governos das regiões Latino-americana e Caribenha, com vistas à implementação das propostas em nível dos países nele representados. Na Unidade do Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, vale ressaltar o atendimento aos 350 idosos com um orçamento de R\$ 3 milhões.

Brasil Jovem

Com orçamento de R\$ 71,6 milhões para o Programa, o Ministério constituiu um Grupo de Trabalho interno na perspectiva de unificar esforços políticos e financeiros que cumpram as determinações da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o que contribuirá substancialmente para a construção de uma Política Nacional de Juventude em parceria com os demais níveis governamentais e com a sociedade civil.

O Ministério, reafirmando o compromisso já assumido por este Governo, manteve o atendimento mensal aos 55,5 mil jovens já inseridos no Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, distribuídos regionalmente conforme os dados destacados a seguir:



Fonte: Secretaria de Políticas de Assistência Social /MAS

Durante o exercício foi realizado o Fórum Regional de Políticas Públicas de Juventude - Região Sudeste, Rio de Janeiro, com o objetivo de constituir regionalmente parcerias governamentais e com a sociedade civil na elaboração de propostas para subsidiar a construção de uma Política Nacional para a Juventude.

No ano de 2003 lançou-se as bases para uma política descentralizada que visa atender os municípios brasileiros na proteção ao jovem e sua família a partir da implementação de centros de referência juvenil em regiões urbanas e rurais visando oferecer atividades sócio-educativas, de inclusão social e trabalho.

Juntamente com o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF, as atividades dos 131 Centros de Juventude, já existentes em 27 Estados da Federação, bem como a construção, em co-financiamento, de outros Centros de Juventude (egressos do Projeto Agente Jovem e do Programa PETI), será priorizada a continuidade da formação humana e social dos jovens. Para implementar esta política estão sendo atualizadas as informações dos Centros de Juventude em funcionamento.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, o MAS vem apoiando o Consórcio Social da Juventude na criação de Centros da Juventude de grande porte em centros urbanos com maiores índices de exclusão social e violência juvenil.

Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

A Coordenação da Política para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, de acordo com o Decreto n.º 3.298/99 fica a cargo da Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, da Secretaria Especial de Direitos Humanos - Presidência da República.

No entanto o MAS financia serviços, Programas e projetos voltados para a pessoa portadora de deficiência em situação de risco e vulnerabilidade social em conjunto com o órgão supracitado. Para tanto, desenvolve ações em parceria com outras áreas de Saúde, Educação, Trabalho, e Secretaria Especial de Direitos Humanos, dentre outros, além de assegurar o pagamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, que no exercício dispendeu o equivalente a R\$ R\$ 2.774,2 milhões.

Em 2003, a rede de Serviço de Ação Continuada - SAC para pessoas portadoras de deficiência atendeu a 151 mil pessoas em 1.551 municípios do país em aproximadamente duas mil instituições, com recursos orçamentários comprometidos da ordem de R\$ 85 milhões. O Ministério participou, ademais, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, da Comissão Intersetorial do Conselho de Saúde e da Comissão Intersetorial de Educação Infantil da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC.

Atenção à Criança

Com um orçamento de R\$ 253,1 milhões, o Programa, inserido no SAC, atendeu 1,7 milhão de crianças, com o repasse mensal relativo ao atendimento em unidades de jornada integral e jornada parcial, e às ações sócio-educativas de apoio à família.

Ações Institucionais

A realização da IV Conferência de Assistência Social, convocada para realizar-se extraordinariamente em 2003, objetivou a realização de um balanço da implantação e implementação da LOAS no período, bem como conhecer e debater as diretrizes do atual governo para a assistência social. Foram constituídos grupos de trabalho de cunho temático e operacional, priorizando a avaliação e a proposição de diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema de assistência social. A Conferência Nacional foi precedida das conferências estaduais e municipais, que envolveram 30 mil pessoas entre gestores, trabalhadores, usuários e entidades de assistência social. No processo de conferências foram eleitos delegados para a conferência nacional que contou com 1,2 mil participantes, entre delegados e convidados.

Bolsa-Família

O Ministério da Assistência Social participou ativamente desde o início do trabalho intersetorial e interministerial que culminou na implementação do Programa Bolsa Família, fruto da necessidade de unificação dos Programas de complementação de renda do Governo Federal e de integração com os Programas semelhantes dos governos estaduais e municipais.

As diretrizes, o desenho e a gestão do Programa Bolsa Família, que atendeu 3,6 milhões de famílias, em dezembro de 2003, são resultados de trabalho iniciado a partir das reuniões da Câmara de Políticas Sociais, nas quais o Ministério desempenhou significativo papel de articulador dos diversos atores do Governo Federal.

Destacou-se, especialmente, a participação dos técnicos do Ministério na formação de grupos de trabalho de especialistas, tanto no que diz respeito à formulação das políticas almejadas para a unificação dos Programas de complementação de renda, como para o estabelecimento de diretrizes para a gestão, implementação, monitoramento e avaliação do Programa supracitado. O Bolsa Família, lançado em 20 de outubro de 2003, representará uma importante conquista do atual governo no que diz respeito à eficiência, eficácia e efetividade das políticas de complementação de renda às famílias de baixa renda e que se encontram em estado de extrema vulnerabilidade social.

Houve, ainda, contribuição dos dirigentes do MAS para a pactuação, em andamento, com os representantes dos governos estaduais e municipais, com vistas a otimizar os esforços de integração das esferas de governo no combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, no combate à pobreza e outras formas de privação das famílias e, na promoção do acesso à rede de serviços públicos por intermédio dos Programas de complementação de renda com condicionalidades.

Cadastro Único

O Cadastro Único, fonte das informações para os Programas de transferência de renda do governo federal, é constituído a partir das informações coletadas pelos municípios. Essas informações foram sistematizadas num grande banco de dados, sem acesso para os municípios onde foram geradas. Assim, apesar de arcarem com todos os custos de coleta dessas informações, os municípios não conseguiam utilizá-las para o gerenciamento da sua política social, ou até mesmo para o controle dos benefícios concedidos.

As prioridades que o Ministério traçou foram no sentido de recuperar e aumentar a qualidade dos Cadastros Únicos, evitando que todo o investimento e esforço realizados fossem perdidos.

Assim, tratou-se de disponibilizar a base de dados correspondente aos municípios do país com dados no Cadastro Único, automatizando as consultas às referidas bases. O acesso dos usuários dos Estados aos dados já está sendo estudado e, no âmbito federal, articulou-se um grupo de trabalho envolvendo ministérios e a Caixa Econômica Federal, que é o agente pagador e operador do Cadastro, com vistas a traçar as principais linhas de ação. Um Termo de Compromisso entre a Caixa Econômica Federal e os Ministérios, concluído em outubro deste ano, prevê as alterações mais importantes.

A relação entre União, Estados e Municípios é o reflexo mais nítido das mudanças que vêm ocorrendo, com um entendimento do pacto federativo como um espaço de pactuação democrático, transparente e respeitoso.

Espaços da Juventude/Primeiro Emprego

O Ministério, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, instituiu o Consórcio Social da Juventude, espaço para a construção e implantação de política pública integral de juventude, que visa oferecer aos jovens oportunidade de trabalho digno, educação e de inclusão social, com uma porta de entrada para o pleno exercício da cidadania, preparando-o para a vida.

O Consórcio Social da Juventude atendeu jovens de 16 a 24 anos em situação de desemprego, com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo, analfabetos ou com ensino fundamental incompleto, egressos dos Programas Bolsa-Escola, PETI e Agente Jovem, em situação de rua e/ou abandono familiar, jovens em conflito com a Lei e/ou outras formas de risco social, portadores de necessidades especiais, e afro-descendentes.

O Espaço da Juventude é o ponto de encontro das várias ações do Consórcio Social da Juventude, onde ocorrerão atividades orientadas para o mercado de trabalho, privilegiando-se as iniciativas que sejam sustentáveis, procurando articular sua oferta com as demandas locais.

Avaliação dos Programas Sociais

Foi definido um sistema para o monitoramento e avaliação dos Programas sociais com informações provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dos gestores dos Programas sociais, das informações mais qualitativas sobre a percepção dos beneficiários a respeito da qualidade do serviço que

está sendo oferecido, e das informações qualitativas fornecidas pelos agentes que executam o Programa nos municípios. Este sistema poderá ser utilizado por outros Programas sociais do governo federal, tais como o Programa Bolsa Família.

Foi iniciada a construção do sistema de informações para o monitoramento e avaliação dos Programas do Ministério, bem como realizados contatos com representantes dos Governos Estaduais da área de assistência técnica para monitoramento e avaliação de Programas sociais.

Com o propósito de captar a percepção dos vários agentes envolvidos no processo de cadastramento no município, auxiliando o processo de revisão do mesmo e, conseqüentemente, ampliando a eficácia dos gastos de Programas sociais que utilizam o Cadastro Único para seleção de beneficiários - como o Programa Bolsa Família, o Ministério realizou pesquisa de validação das informações contidas no Cadastro Único, subsídio fundamental para a parte qualitativa do sistema de informações desenvolvido.

Mobilização Social

Reconhecendo que as políticas públicas, para produzirem impacto com melhorias na realidade social, precisam de articulação genuína entre Governo e Sociedade, o Ministério estabeleceu, como diretriz superior, promover essa aproximação estratégica com inúmeros segmentos organizados. O propósito, portanto, é o de ajudar a potencializar a capacidade do Governo (Federal, Estadual, Municipal) de atender demandas – capacitação ou execução – na área da Assistência Social, a partir da missão e especificidade de atuação de cada segmento. Dentre essas parcerias destacam-se:

Ação Global – SESI - Rede Globo - A Ação Global, uma iniciativa do Serviço Social da Indústria - SESI com a colaboração da Rede Globo, em edição desde 1991, têm como propósito ajudar a promover a inclusão social da população de baixa renda do País, por meio de serviços de Educação, Saúde, Lazer e Cidadania, com grande destaque para o de emissão de documentação de registro civil, carteiras de Identidade e Trabalho, Título de Eleitor, entre outros. Assim, o Ministério assumiu com os organizadores da Ação Global o compromisso de articular Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social para potencializar a oferta dos serviços citados.

Etnia e Gênero - O MAS desenvolveu ações de articulação com as três esferas de governo e com órgãos da administração pública federal, buscando inflexões de justiça de gênero e nas relações raciais, no conjunto das políticas mais gerais da assistência social. Com a Petrobrás e a Prefeitura de Cavalcante - GO, para melhorar a qualidade de vida da comunidade quilombola, garantindo recursos para a construção de escola de segundo grau e ponte de acesso à localidade. Com os governos dos estados do Ceará, Bahia, Roraima e Piauí, por meio dos Diálogos de Concertação. Com a Organização Internacional do Trabalho, na elaboração do Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego. Com o Instituto Rio Branco, no auxílio a concessão de bolsas, em seu Programa de ações afirmativas. O Ministério coordenou, ainda, o cadastramento das famílias quilombolas e indígenas, no Cadastro Único.

Política Internacional

O Projeto Mercosul Social debateu o tema “A dimensão social como elemento central do Mercosul, Bolívia e Chile”, com ênfase na luta contra a fome e a pobreza. A participação do Ministério destacou o Programa “Fome Zero”, a concepção da Casa da Família e a Rede de Proteção Social. Os países presentes manifestaram interesse pela iniciativa de o Executivo Federal propor a criação de um fundo internacional de combate à pobreza; pela possibilidade de integração dos Programas sociais nas áreas de fronteiras e alguns países (Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) desejam até mesmo aderir ao Instituto Social Brasil-Argentina.

O Instituto Social Brasil-Argentina - ISBAC foi constituído com o propósito de combater a pobreza, promover a integração regional e a cooperação bilateral na área social, a partir da criação de um comitê coordenador, no qual o Ministério participa em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC do Ministério das Relações Exteriores - MRE. O Instituto atuará, prioritariamente, nas áreas fronteiriças, em diversas frentes, consolidando a integração das políticas públicas dos dois Países.